

Políticas de Resistência Feminista: evangélicas em luta por direitos

Feminist politics of resistance: evangelical women fighting for rights

Gabriela Luiz Scapini,¹ UFRGS

Resumo

Observa-se um avanço neoconservador no Brasil e na América Latina, protagonizado pelos segmentos evangélicos, que ameaçam cada vez mais a autonomia feminina. Diante deste cenário de retrocessos políticos e sociais, evangélicas têm formado coletivos feministas. Este trabalho busca investigar a atuação recente das Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), com o intuito de refletir sobre a relação entre gênero, religião evangélica e feminismos, consistindo em uma descrição dos materiais divulgados nas páginas oficiais de *web* da EIG e na realização de uma entrevista com uma de suas fundadoras. O resultado indica a construção de políticas de resistência no interior das igrejas evangélicas, disputando as interpretações bíblicas e sensibilizando mais mulheres sobre seus direitos humanos, além de atuar em rede ocupando espaços acadêmicos, religiosos e públicos na defesa de uma agenda feminista.

Palavras-chave: Evangélicas pela Igualdade de Gênero; Coletivos Feministas; Políticas de Resistência; Feminismos; Movimento Feminista.

Abstract

We can observe neoconservative advances in Brazil and Latin America led by evangelical segments that increasingly threaten women's autonomy. Faced with this scenario of political and social setbacks, evangelicals have formed feminist collectives. This article seeks to investigate the recent role of Evangelicals for Gender Equality (EIG) in order to reflect on the relationship between gender, evangelical religion and feminisms. It consists of a descriptive analysis of the materials posted on the official EIG web pages and an interview with one of its founders. The results indicate that the collective builds resistance policies within evangelical churches, disputing biblical interpretations and sensitizing women about their human rights, in addition to acting in a network occupying academic, religious and public spaces in defense of feminist agendas.

Keywords: Evangelicals for Gender Equality; Feminist Collectives; Resistance Policies; Feminisms; Feminist Movement.

Introdução

A virada do século XXI tem como marca a ampliação do tema dos direitos humanos, tornando possíveis diversas conquistas para as mulheres e demais grupos em situação de vulnerabilidade social e historicamente colocados às margens do poder (MACHADO; PICCOLO, 2010). As pautas de violência de gênero, assédio sexual, estupro, violência doméstica e a desigualdade dos gêneros no mercado de trabalho e em cargos de poder figuram os debates atuais. A atuação do movimento feminista brasileiro, em articulação com os

¹ Bacharela em Ciências Sociais (UFRGS), Mestra em Ciência Política (UFRGS), Doutoranda em Sociologia (UFRGS). Email: gabriela_scapini@hotmail.com

movimentos negros e LGBTQIA+, tem sido fundamental para a conquista desses direitos, com a inserção de debates sobre as desigualdades de gênero em diferentes espaços (MATOS, 2008; SARTI, 2011; COSTA, 2013).

Essas lutas têm possibilitado a conscientização da importância dos direitos humanos para as mulheres e meninas, bem como a construção de redes de ação coletiva para auxiliar nas autonomias econômica, social e política. É justamente por meio dessas redes de resistência e solidariedade política feminista que diversas mulheres podem acessar essa luta e assumir um papel central na mudança de sua condição social.

Contemporaneamente, essa atuação é identificada também com a proliferação e crescimento de coletivos feministas que constroem estratégias de resistência política e buscam transformar a condição social de desigualdade que afeta as mulheres – compreendidas em sua pluralidade e diversidade devido às intersecções entre marcadores sociais da diferença de raça, classe, sexualidade, nacionalidade, religiosidade. Neste aspecto, assistimos diversas manifestações de movimentos feministas organizados na *web*, ampliando as possibilidades de luta política por meio da ocupação das redes sociais e proporcionando debates relevantes (FERREIRA, 2015).

A resistência política de mulheres e a construção da emancipação feminina se configuram enquanto componentes essenciais para a realização da tomada de controle sobre seus próprios corpos e vidas, em especial, em relação ao exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Ao mesmo tempo em que assistimos o avanço da agenda feminista no debate público, proporcionados pela ampliação das redes de atuação deste movimento, também observamos o crescimento de uma reação contrária a esta agenda de luta (ROSADO-NUNES, 2015a).

Nas últimas duas décadas, os segmentos neoconservadores têm ampliado sua atuação, principalmente, no âmbito da política representativa. Parte substantiva é formada por políticos evangélicos que assumem maior protagonismo nos debates públicos, alguns destes compondo a “bancada evangélica”. As pautas sobre a autonomia do corpo feminino, aborto, violência, homossexualidade e relações de gênero têm recebido a atenção de alguns desses grupos que buscam barrar agendas progressistas (MACHADO, 2005; ROSADO-NUNES, 2015a).

Os temas de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e os direitos à população LGBTQIA+ destacam-se entre os principais alvos dos segmentos neoconservadores que buscam, através de diferentes meios, barrar qualquer nova conquista, inclusive se articulando para retirar os avanços já conquistados (MACHADO; PICCOLO, 2010).

O confronto político entre o movimento feminista e o movimento neoconservador se acentuou com o aumento do combate à “ideologia de gênero” – uma produção discursiva utilizada nacional e internacionalmente para barrar as agendas progressistas, que surge como um movimento inicial do Vaticano e se expande no debate político brasileiro, em 2014, com a bancada católica, em sua primeira menção no Congresso Nacional, e logo passa a integrar os debates da bancada evangélica.² Os embates se mostram expressivos, como, por exemplo, nas discussões do Plano Nacional de Educação brasileiro em 2014, em que políticos católicos e evangélicos foram atores fundamentais nas discussões, muitos deles barrando qualquer menção à palavra “gênero” (ROSADO-NUNES, 2015b). Também agiram para aprovar a PEC 181, em 2017, visando a impossibilitar o direito ao aborto legal em caso de estupro, o que gerou manifestações feministas que tomaram as ruas do país (SCAPINI, 2019).

Para além de uma atuação do movimento feminista desvinculado às tradições religiosas, a presente investigação busca descrever a atuação de um coletivo feminista, as Evangélicas Pela Igualdade de Gênero (EIG), fundado em 2015. Considerando o cenário de confronto político entre o movimento feminista e os segmentos neoconservadores – incluindo evangélicos – sobre pautas de gênero e da autonomia do corpo feminino, foram elencadas as seguintes questões a serem respondidas neste trabalho: (a) quais as motivações para a fundação da EIG?; (b) como a EIG tem atuado e organizado suas estratégias para inserir os debates feministas nas igrejas?; (c) quais são os posicionamentos das envolvidas em temas caros ao movimento feminista, tais como violência de gênero e direitos sexuais e reprodutivos?; e, por fim, (d) qual tem sido a contribuição do EIG para “o” movimento feminista brasileiro diante do avanço neoconservador?. A metodologia adotada é de cunho qualitativo, com o uso da técnica de análise de conteúdo das páginas oficiais da EIG e de uma entrevista realizadas com uma de suas lideranças nacionais.

O artigo se estrutura em três seções, além das considerações finais da pesquisa. A primeira apresenta o campo de estudos de gênero e religião, marcado pela interdisciplinaridade e desafios. A segunda aborda o papel da teologia feminista na construção das resistências de mulheres no interior das igrejas, que disputam as narrativas oficiais religiosas da subordinação feminina. A última apresenta o resultado do estudo, que demonstra como a construção das redes feministas tem sido importante, sobretudo através do

² É importante destacar que o combate aos direitos da população LGBTQIA+ e do movimento feminista já figuravam as disputas políticas em períodos anteriores, o uso do termo “ideologia de gênero” apenas acentuou este debate político.

compartilhamento das histórias de vida entre essas mulheres para auxiliar na conscientização de seus direitos humanos e de uma vida livre de violências.

Campos de Estudos de Gênero e Religião

Feminismos e manifestações religiosas, em especial, as cristãs, geram desconforto e, muitas vezes, se acredita na incompatibilidade entre os posicionamentos que seriam quase excludentes entre si. Por isso, o campo de estudos de gênero e religião brasileiro se defronta com um duplo desafio: de um lado, encontram-se os estudos feministas, que subestimam o papel da religião na vida das mulheres e desconsideram as tradições religiosas como substanciais, ignorando qualquer aspecto de empoderamento e libertação feminina conectado à religião. Em outra perspectiva, há estudos que abordam “as mulheres” apenas pela ótica da religião, essencializando-as ao pertencimento a determinada tradição religiosa. Nesse caso, o papel da religião é superestimado nas análises:

A religião, de forma muito generalizada, é explicada como a raiz da submissão da mulher - e religião, neste caso, entendida principalmente como instituições ou dogma, ou sua internalização como "cultura" (latino-americana) (VUOLA, 2015, p. 41).

No mesmo sentido, o campo de estudos religiosos também se consolidou como um espaço, assim como tantos outros, dominado pelo viés masculino e excludente às mulheres nas suas análises e perspectivas, que, muitas vezes, aparecem silenciadas ou os aspectos da ordem social e moral acabam sendo naturalizados nessas concepções teóricas (ROSADO-NUNES, 2015a). Por esse motivo, a importância de introduzir neste campo uma perspectiva de gênero, ao passo que parte considerável dos estudos e movimentos feministas ambiciona que esta categoria seja transversal e se faça presente nos estudos em ciências humanas e demais áreas do conhecimento (PEDRO, 2015). Os estudos de gênero contribuem ao desnaturalizar “o lugar social das mulheres” (ou de seus lugares) de forma mais abrangente. Assim, se defrontando com o desafio no interior dos feminismos e nas religiões de maneira mais geral, o campo de estudos de gênero e religião tem crescido se pautando pela interdisciplinaridade entre áreas com as pesquisas que se dedicam a analisar a situação das mulheres nos espaços religiosos, considerando as dinâmicas históricas e contemporâneas que constituem essa complexa relação (MACHADO, 1996; ROSADO-NUNES, 2015a; SOUZA; LEMOS, 2009; VUOLA, 2015).

No que tange às pesquisas que abordam a relação entre as igrejas evangélicas e as relações de gênero, os estudos feministas tendem a investigar como se dá a conversão

religiosa, a incorporação de normas, dogmas e doutrinas e como são - ou não - reproduzidas na vida cotidiana. Investigam, juntamente, em que medida estas também podem ser transgredidas ou ressignificadas por meio de práticas subversivas e de resistência por/entre as margens. Assim, entende-se que ao se estudar a complexa relação entre mulheres e as religiões evangélicas, as relações de gênero impactam na constituição dos segmentos evangélicos; da mesma maneira que estes também impactam nos arranjos de gênero e nas performances cotidianas.

Na relação entre feminismos e religiões evangélicas, destaca-se que o ativismo feminista surte efeitos no campo religioso e inspiram lutas de mulheres evangélicas e cristãs contra as relações desiguais nesses espaços e na vida social como um todo (ROSADO-NUNES, 2006). Debates sobre a situação das mulheres nos espaços religiosos recebem maior atenção, fazendo com que cresçam as demandas pelo acesso aos postos de poder nas igrejas. Questionamentos sobre as interpretações dos textos sagrados também são recorrentes, bem como propostas que buscam combater as interpretações sexistas e desiguais às mulheres (ROSADO-NUNES, 2006; 2015a).

Destaca-se o papel histórico de resistência nas igrejas – no interior delas – construído por feministas evangélicas e cristãs que lutam contra as desigualdades de gênero e o patriarcado de modo mais geral, entendendo que essa luta também possibilita transformar outras esferas da vida social (trabalho, educação, política). Ao mesmo tempo em que constroem este ativismo político, também buscam por reconhecimento no interior do movimento feminista, pois ainda há certa dificuldade partilhada por algumas feministas em considerar as evangélicas como aliadas nessa luta coletiva por emancipação feminina – para todas as mulheres.

Feministas Evangélicas: dois séculos de luta política

Nas lutas por emancipação e direitos às mulheres, a teologia feminista e suas ativistas têm exercido um papel chave para impulsionar as mudanças e a construção de resistências políticas. A partir de um resgate histórico da contribuição da teologia feminista ao longo dos últimos anos, chegamos ao primeiro registro de uma interpretação feminista da Bíblia, feita nos Estados Unidos, entre os de 1895 e 1898, por mais de 26 mulheres e liderada pela sufragista Elizabeth Cady Stanton.³ A obra, intitulada *The Woman's Bible*, é considerada o

³ Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) nasceu em Nova York, foi uma das líderes da luta pelo voto feminino nos Estados Unidos, em 1869 ajudou a fundar o National Woman Suffrage Association e escreveu a Declaration of Sentiments defendendo a extensão deste direito às mulheres.

ponto de partida de uma leitura feminista bíblica e impactou substancialmente o campo religioso da época.

As demandas exercidas pelas feministas religiosas variam conforme a religião adotada por elas: tem-se a demanda pelo acesso a postos de poder nas igrejas (católicas e evangélicas) e o direito de escolher o uso do véu (muçulmanas), por exemplo. O que elas têm em comum, apesar de exercerem diferentes crenças, é a ideia de que o patriarcado e a subordinação feminina não são aceitáveis e tampouco devem ser justificadas (e fortalecidas) pelas religiões (ROSADO-NUNES, 2006; 2015a; VUOLA, 2015).

A circulação da teologia feminista se amplia nos anos 60, no contexto estadunidense. A formação do campo de teologia feminista tornou-se possível com os inúmeros esforços de mulheres religiosas e feministas, também contando com a participação ativa da teologia da libertação no contexto latino-americano – ambas ocorreram no mesmo período e buscam romper com dogmas tradicionais das igrejas. Ainda nesse mesmo momento, o livro *The Church and the Second Sex*, de 1968, escrito pela feminista Mary Daly,⁴ ampliou as críticas dirigidas ao Vaticano e à Igreja Católica, buscando por amplas transformações nas estruturas patriarcais eclesiais (MUSSKOPF, 2005).

As obras do mesmo período seguem a mesma marca: o questionamento das relações patriarcais nos espaços religiosos. Discussões sobre a autonomia de escolhas das mulheres estavam crescendo nos anos 60 e 70, culminando no terreno fértil para o desenvolvimento da teologia feminista.

Feminist theology is not just women doing theology, for women have done theology that does not question the masculinist paradigms of theology. Nor is feminist theology simply the affirmation of ‘feminine’ themes in theology. What has been called ‘feminine’ in Western thought has been constructed to complement the construction of masculinity. Thus, the adding of feminine to masculine themes in theology mostly enforces the dominant gender paradigm. Feminism is a critical stance that challenges the patriarchal gender paradigm that associates males with human characteristics defined as superior and dominant (rationality, power) and females with those defined as inferior and auxiliary (intuition, passivity). Most feminists reconstruct the gender paradigm in order to include women in full and equal humanity (RUETHER, 2002, p. 3).⁵

⁴ A obra de Mary Daly sofreu influências da clássica obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, lançada em 1949, na França.

⁵ Tradução livre da autora. Original: Teologia feminista não se resume apenas a mulheres fazendo teologia, para as mulheres fazerem teologia não é requerido que elas questionem os paradigmas masculinos da teologia. Nem a teologia feminista é simplesmente a afirmação dos temas “femininos” na teologia. O que é chamado de “feminino” no pensamento ocidental tem sido produzido para complementar à construção de masculinidade. Assim, adicionar o feminino a temas masculinos na teologia tende a reforçar mais o paradigma de gênero dominante. Feminismo é uma postura crítica que desafia o paradigma patriarcal de gênero, que associa os

Entre os anos de 1980 e 1990, por sua vez, a união dos estudos religiosos articulados ao feminismo tem uma ampliação gradual. A obra marcante no período foi o *Dictionary of Feminist Theology*, contando com verbetes facilitados sobre a teologia feminista em diferentes partes do mundo, como a Ásia, Sul da Ásia, América do Norte e Latina, África, Europa e Ilhas do Pacífico. É em meio a essa conjuntura que a teologia feminista toma corpo próprio no Brasil e se expande para a América Latina, com forte ligação à Teologia da Libertação.⁶

Os movimentos de resistência ao regime civil-militar, no Brasil, contaram com uma vasta participação de mulheres e da Igreja Católica (representadas pelas Comunidades Eclesiais de Base). Assim, foram publicados os primeiros escritos de teologia feminista no país, inicialmente em revistas pastorais de teologia da libertação. Figuras como a Freira Ivone Gebara (1987; 1989), Ivoni Richter Reimer (1995; 2005) e Mercedes Lopes (1996) tornam-se imprescindíveis na luta de mulheres religiosas que buscam por transformações da condição social feminina. A teologia feminista, desse modo, lança desafios à sociedade e às igrejas:

Creio que a Teologia Feminista no Brasil começa a se desenvolver de forma mais original a partir do momento em que se articula às questões levantadas pelo movimento feminista. Nosso público não se restringe aos frequentadores assíduos das igrejas e nem aos seminaristas e religiosos, mas abre-se para os que se debatem com as grandes questões levantadas na sociedade atual e que têm um referencial religioso cristão ou outro. A meu ver, essas questões têm a ver, em grande parte, com a violência contra as mulheres nas suas múltiplas facetas; tem a ver com o controle da sexualidade feminina, com as questões relativas à reprodução, com a questão da laicidade do Estado e outras questões afins (GEBARA, 2006 apud ROSADO-NUNES, 2006, p. 299).

A articulação dessas mulheres possibilitou a criação de diversos grupos de teologia feminista no país. Em 8 de março de 1993, foi anunciada a criação da ONG Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), liderada por diversas mulheres influentes no campo religioso nacional. As envolvidas no projeto levam o debate sobre desigualdade de gênero no âmbito das igrejas e ampliam as discussões sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no

homens às características humanas definidas como superiores e dominantes (racionalidade, poder) e as mulheres com as definidas como interiores e auxiliares (intuição, passividade). A maioria das feministas reconstrói o paradigma de gênero para incluir as mulheres em uma humanidade plena e igual (RUETHER, 2002, p. 3).

⁶ A Teologia da Libertação (T.L) surgiu em meio aos debates para a II Conferência Geral dos Bispos (católicos) Latino-Americanos, realizada em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968. Seu crescimento foi percebido em diversos países da América Latina, em especial no Brasil. A T.L articulou a resistência à ditadura militar, junto com outros movimentos da sociedade civil. Leonardo Boff foi uma das principais lideranças nacionais. Para tanto, o cito: "Na raiz da T.L. se encontra a aguda percepção da miséria a que estão submetidas as grandes maiorias do nosso Continente; há uma divisão profunda entre ricos e pobres que é tanto mais dolorosa quanto sabemos que uns e outros pretendem professar a mesma fé" (BOFF, 1979, p. 1).

Brasil (e na América Latina). Participam de inúmeros eventos feministas e organizam livros para denunciar as violações dos direitos humanos das mulheres. Buscam a promoção do diálogo inter-religioso e uma cultura de respeito à livre expressão religiosa, com a defesa dos princípios democráticos de laicidade do Estado. Seguindo a mesma articulação da CDD, outros grupos religiosos têm se consolidado no país e demandam pela igualdade entre os gêneros (SARTI, 1998).

Os esforços conjuntos desses grupos ligados à teologia feminista, de diversas matrizes religiosas e com concepções distintas, colocam a transformação da condição social de mulheres como essencial e se unem para reconstruir as relações de poder que as afetam no espaço religioso. A centralidade da religião condiz com seu papel de socialização de indivíduos, que leva a tomada de decisões em outras esferas de vivência e sociabilidade (família, educação, moral). Desse modo, é por meio da construção de redes entre mulheres que se busca a superação das relações desiguais e patriarcais: “Feminist theologians also seek to reconstruct the basic theological symbols of God, humanity, male and female, creation, sin and redemption, and the church, in order to define these symbols in a gender-inclusive and egalitarian way” (RUETHER, 2002, p. 3).⁷

A mobilização e luta de mulheres religiosas pela emancipação feminina fortalecerá os laços sociais entre mulheres e auxiliará no empoderamento feminino, entendido em uma perspectiva que atravessa os processos individuais e coletivos. As demandas por educação igualitária entre mulheres e homens, bem como no acesso aos espaços de poder (religiosos, familiares, no mercado de trabalho), tornam-se centrais para a construção de uma sociedade mais justa. As feministas cristãs ou evangélicas não negam a importância da religião na vida das mulheres; mas, antes, buscam por condições sociais mais igualitárias nos espaços religiosos, que vão influenciar em outras esferas da vida como as relações familiares, educação, entre outras. A violência contra as mulheres e as conquistas de direitos humanos serão facilitadas quando as igrejas não reproduzirem essas desigualdades naturalizadas em seus discursos.

Apesar da ampla literatura internacional (CHRIST, 1992; RUETHER, 1985) e nacional (GEBARA, 1987; 1989; 1997; ROSADO-NUNES, 2006; 2008) de teologias

⁷ Tradução livre da autora: As teólogas feministas também procuram reconstruir os símbolos teológicos básicos de Deus, humanidade, homem e mulher, criação, pecado e redenção, e a igreja, a fim de definir esses símbolos de uma forma igualitária e inclusiva de gênero (RUETHER, 2002, p. 3).

feministas cristãs,⁸ o tema ainda se mantém marginalizado tanto no campo das teorias feministas quanto no campo de estudos religiosos. Portanto, entende-se a necessidade de ampliar o diálogo entre as teorias feministas e as teologias feministas, em especial, diante do avanço neoconservador observado nos últimos anos para refletir sobre o papel deste coletivo para o movimento feminista nacional.

Resistência Feminista: as Evangélicas pela Igualdade de Gênero

A partir da relevância da teologia feminista em diferentes países e seu papel transformador na vida de inúmeras mulheres, a pesquisa busca resgatar a trajetória recente de atuação do grupo Evangélicas pela Igualdade de Gênero, tendo como recorte temporal os anos de 2015 a 2020. Este coletivo foi escolhido devido ao papel que vem exercendo nas discussões públicas e por ser um dos primeiros no Brasil que aborda a situação da mulher evangélica em uma perspectiva feminista.

Para prosseguir na investigação, foram elencadas as seguintes questões: (a) quais as motivações para a fundação da EIG?; (b) como a EIG tem atuado e organizado suas estratégias para inserir os debates feministas nas igrejas?; (c) quais são os posicionamentos das envolvidas em temas caros ao movimento feminista, tais como violência de gênero e direitos sexuais e reprodutivos?; e, por fim, (d) qual tem sido a contribuição do EIG para “o” movimento feminista brasileiro diante do avanço neoconservador?. O material de análise foi coletado da página do oficial no *Facebook* e do *blog* das Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG).

Devido ao elevado número de postagens de outras páginas que foram compartilhadas pela equipe da EIG, optou-se por selecionar como material analítico as postagens assinadas pelas integrantes e *lives* que participaram no *Facebook*, além das 51 postagens coletadas no *blog* oficial. O *corpus* analítico selecionado foi organizado a partir das seguintes categorias: (a) Violência; (b) Fé e Religiosidade; e (c) Direitos Sexuais e Reprodutivos, que servem como facilitadores para análise; porém, é preciso destacar que os temas se encontram relacionados e imbricados. Assim, buscou-se o foco principal de cada uma dessas postagens em texto e vídeo, a partir de uma leitura e escuta atentas ao material para enquadrá-los conforme as diretrizes da análise de conteúdo (BAUER; GASKELL, 2005).

⁸ Procurou-se ressaltar o papel das teologias cristãs devido ao propósito desta investigação, contudo, destaca-se que as teologias feministas transcendem apenas esta matriz religiosa e podem ser encontradas em projetos feministas em diferentes religiões.

Além desse material coletado diretamente nos canais oficiais da EIG, inclui-se nas análises as entrevistas concedidas pelas integrantes a jornais, revistas ou *blogs* e os dois livros publicados por integrantes do grupo. Após essa coleta, foi realizada uma entrevista estruturada (*on-line*) composta por 14 perguntas, a uma das lideranças e fundadoras do coletivo, Valéria Vilhena, ativista social, teóloga e pedagoga. As questões versavam sobre a articulação e atuação do coletivo da EIG, o avanço neoconservador, a relação deste coletivo com as demais igrejas do segmento, bem como as tensões e alianças construídas com/no movimento feminista.

As análises apontaram que o coletivo EIG foi formado, no ano de 2015, tendo como inspiração a ONG feminista *Católicas pelo Direito de Decidir (CDD)*. Durante as atividades do Fórum Pentecostal Latino-Americano, um importante evento do segmento, Valéria Vilhena e demais participantes discutiram a importância de construir um coletivo de mulheres evangélicas. Elas reconheceram que as desigualdades de gênero e as violências são constantes e atravessam a experiência social do “ser mulher evangélica”, quando reproduzidas no interior das igrejas. As lideranças religiosas, em sua grande maioria formada por homens, interpretam a Bíblia de acordo com uma visão patriarcal, (re)produzindo, naturalizando e silenciando os casos de violência contra as mulheres e meninas nesses espaços:

A articulação da EIG está ligada diretamente com a vida das mulheres. Sua histórica caminhada de luta por direitos, por igualdade, por justiça social. Sua caminhada contra todo tipo de violência que as mulheres sofrem cotidianamente na casa, na escola, no trabalho, na igreja, na mídia etc. A EIG nasce porque as mulheres evangélicas não querem mais apanhar, por exemplo. Entende? O crescimento dos debates feministas e/ou avanço do conservadorismo é reflexo da ação das mulheres, das mulheres feministas, e que somam-se a elas a EIG, mas que antes e é importante dizer que bebemos delas – as teólogas feministas protestantes e católicas. As mulheres sempre resistiram. As mulheres nunca foram passivas na história – elas foram apagadas, silenciadas, mas nunca negligentes com sua própria condição. Então o que está ocorrendo e, neste aspecto, as redes sociais têm uma contribuição importantíssima (na minha humilde opinião) é o incomodo que nós mulheres, religiosas ou não, sempre causamos ao sistema opressor de gênero-classe-raça-etnia (VILHENA, 13/03/2018).

No momento da fundação do coletivo, elas entenderam a importância de incluir mulheres evangélicas para além das pentecostais, tais como as protestantes e neopentecostais, surgindo o coletivo *Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG)*. O logo do coletivo reflete esse propósito unificador, conforme pode ser observado abaixo:

Imagem 1. Evangélicas pela Igualdade de Gênero



Fonte: <https://cebi.org.br/noticias/genero/mulheres-e-ecumenismo-evangelicas-pela-igualdade-de-genero/>

As integrantes fundadoras se concentram no sudeste brasileiro, em especial na cidade de São Paulo, mas também conta com integrantes de outras regiões do país, com as regionais espalhadas pelo território nacional. Além disso, por atuarem também em debates *on-line* elas atingem um número maior de mulheres.

Adotam, como uma das principais estratégias, a ocupação de espaços acadêmicos através da publicação de artigos científicos e livros feministas, como *Evangélicas por sua Voz e Participação: Gênero em Discussão* (2015) e *Reféns da Fé: Mulheres Evangélicas Sofrem mais Violência?* (2017). Participam de debates públicos e também atuam nas redes sociais da *web*, escrevendo textos nas páginas oficiais de *Facebook*, no *blog* e também com a organização de *lives* informativas e/ou de cultos.

Nas postagens no *site* da EIG e na entrevista realizada, pode-se observar como elas endereçam suas críticas às autoridades religiosas evangélicas em relatos como:

Qual a função das lideranças evangélicas mesmo? Pregar contra o feminismo? Pregar contra a orientação sexual do ser humano? Eles ensinam seus liderados como não respeitar o ser humano. Eu não consigo entender como o amor, a fé não inclui o respeito (CARVALHO, 06/10/2017).

Outras postagens direcionaram-se para o tratamento conferido às mulheres nesses espaços religiosos, em especial, à ausência de autonomia financeira e econômica, bem como aos estereótipos negativos associados às mulheres. Elas denunciam o tratamento desigual e

discriminatório que recebem por membros das igrejas, pois estas se sustentam no estereótipo de feminilidade, de que uma “boa mulher” seria aquela que trabalha em triplas jornadas, dedica-se totalmente à família e que, caso busque alterar esse padrão de relações (desiguais e abusivas), seria transgressora e irresponsável, podendo ainda ser desligada da instituição religiosa que faz parte.

Em relação às categorias analisadas, iniciamos com a primeira delas, Violências de Gênero, a qual recebeu maior destaque nas postagens do *blog* e na entrevista realizada. A violência relaciona-se com a sujeição das mulheres e os estereótipos associados a elas. Assim, elas criticam as posições de setores evangélicos fundamentalistas que buscam barrar as discussões sobre gênero no Plano Nacional de Educação (PNE), atacando os movimentos feministas e LGBTQIA+. Para elas, evitar debater sobre gênero constitui uma forma de violação aos direitos humanos das mulheres e outras minorias sociais e afirmam que, enquanto persistir essa ausência de debates, a violência contra mulheres vai continuar. Os setores neoconservadores em ascensão – incluindo diversas igrejas evangélicas – estariam barrando essas discussões através de uma estratégia coordenada nacionalmente, que busca sustentar o poder e a dominação masculina: ao discutirem sobre as relações de gênero, a incidência de violências contra as mulheres e demais grupos em situação de vulnerabilidade social, estariam colocando em xeque a estrutura de dominação patriarcal. As igrejas se utilizam de uma “política do medo” para barrar essas discussões e reforçar o *status quo* dessa dominação patriarcal.

Diversas das postagens sobre violência de gênero apresentam relatos extraídos dos livros publicados pelas integrantes da EIG, abordando o contexto de violência doméstica que mulheres evangélicas sofrem e como as igrejas acabam dificultando o rompimento desse ciclo violento. Para tal, cito o relato de Isilene: “A religião ficava me iludindo, fazendo eu esperar o pastor voltar “pra” minha vida (...), na época minha fé não me ajudou em nada” (VILHENA, 12/03/2017). Denúncias contra as lideranças religiosas também foram recorrentes nas postagens e apresentaram contextos de violência física e psicológica sofridas por elas ao longo de seus casamentos. O coletivo também organizou, em 2020, a campanha “Mulher, vai tudo bem contigo?”, composta por uma série de cartilhas e vídeos abordando situações de violência doméstica e visando a conscientizar as mulheres sobre seus direitos.

Consideram, também, a diversidade entre as próprias mulheres e suas experiências no social, sobretudo ressaltando a dimensão racial e os efeitos do racismo estrutural na vida de mulheres negras. Denunciam como a violência doméstica e os impactos da Lei Maria da

Penha recaem de maneira desigual quando se leva em consideração a variável de raça, dado que, em virtude da herança escravocrata no país, essas mulheres tendem a ter as menores taxas de escolarização e vivenciam o maior desemprego e baixa remuneração, residindo em áreas periféricas e vulneráveis que quase não contam com equipamentos e serviços de proteção às mulheres (AURÉLIA, 25/11/2020).

O combate ao racismo é uma das pautas da EIG, cujas participantes apontam não serem as protagonistas dessa luta, mas que se colocam juntas na caminhada contra a intolerância e ao racismo religioso:

Acreditamos que as nossas irmãs das espiritualidades afroindígenas são as mais silenciadas desde à época da escravização de pessoas. E se, hoje, temos registro de nossa ancestralidade de povos originários em África e no Brasil, é porque nossas rainhas se mantiveram fortes e resistentes. Nós, na atual conjuntura, avaliamos que nosso papel é de lutar juntamente com elas contra a intolerância e racismo religiosos. Avaliamos que temos que dar as mãos e aprender com elas. E pedimos ajuda para nos ensinar, as mais de 8 milhões de mulheres negras evangélicas, no Brasil, a nos reconectar com nossas ancestralidade e raízes! (EVANGÉLICAS PELA IGUALDADE DE GÊNERO, 26/07/2019).

As questões que envolvem a fé e a religiosidade também se fazem presentes na grande maioria dos relatos do coletivo. Elas expõem questionamentos sobre a atuação de lideranças religiosas – em especial, as masculinas – e relatam como as mulheres tendem a ser desvalorizadas nesses espaços. A identificação evangélica "desigrejada" apareceu nos relatos – este é um fenômeno que tem sido recorrente, pois muitas mulheres são desrespeitadas nas igrejas e optam por deixar de frequentar tais espaços até encontrarem alguma igreja inclusiva, ou, em outros casos, elas são expulsas por serem consideradas como “transgressoras”. Mesmo assim, nos dois casos, elas continuam mantendo a fé e a identificação evangélica sem um pertencimento a certa igreja. Os espaços de cultos *on-line* do coletivo, ministrados por pastoras feministas, também se mostram importantes para essas mulheres. Por exemplo, o ciclo de cultos “Vidas Negras Importam” discutiu a questão racial, de gênero e religiosa e foi ministrado pela Pastora *Eliad Dias* dos Santos, uma importante ativista, intelectual e teóloga feminista brasileira.

Ademais, abordam a relação das integrantes com outros movimentos feministas e religiosos, tal como as Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), que participam juntas de diálogos para discutir a questão religiosa no Brasil, principalmente, se colocando contra a “bancada evangélica”, que, unida a outros setores neoconservadores, tem barrado o avanço da

agenda feminista e LGBTQIA+ no país. O coletivo EIG se posiciona politicamente enquanto uma minoria evangélica em resistência

Esta minoria evangélica progressista tem se unido a protestantes ecumênicos, católicos progressistas e de outras matrizes religiosas, outras comunidades de fé na oposição à tortura, ao racismo, ao sexismo, à misoginia, e às violações dos direitos humanos (VILHENA, 13/08/2017).

No tema de Direitos Sexuais e Reprodutivos, a maioria das discussões questiona os “tabus” sobre a sexualidade nos espaços religiosos. Reflexões sobre as relações matrimoniais da vida cotidiana foram apresentadas, a partir do compartilhamento de relatos pessoais de suas vivências, como, por exemplo, o fato de que a responsabilidade sobre a harmonia sexual de um casal sempre acaba recaindo nas mulheres, o prazer e o exercício livre da sexualidade acabam sendo negados às mulheres e quando estão diante de casamentos infelizes, se elas decidem pelo divórcio, são estigmatizadas e tratadas como “loucas” e ingratas, indignas do amor e, muitas vezes, expulsas das igrejas: “Eles fecharam as portas da igreja e disseram que ele pode, ele tem o direito de continuar na instituição. Mas eu não. Eles podem fechar as portas da igreja, mas não dos corações e muito menos as portas e janelas que Deus quiser abrir para mim” (CARVALHO, 06/10/2017).

As postagens e discussões abordam temas LGBTQIA+ e buscam incluir esta população nas suas discussões, além de que muitas mulheres que participam do coletivo também fazem se identificam publicamente como pertencentes a este grupo e inserem debates que visam a valorizar e respeitar a vida de pessoas LGBTQIA+, que são constantemente discriminadas, em especial, nos espaços religiosos cristãos, pois, frequentemente, acabam tendo a orientação sexual e/ou identidade de gênero suprimida por serem consideradas “diabólicas” ou que precisem de “cura”. Por este motivo, a rede de proteção e acolhimento construída pelo coletivo se mostra relevante e constitui um potente espaço de resistência, que transcende às violências vivenciadas por essas mulheres

De forma mais direta, o coletivo EIG também defende a legalização do aborto, de maneira pública por suas integrantes. Desse modo, elas se inserem em debates públicos para ampliar essa discussão e defender a integralidade dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres. Consideram que esta é uma realidade das igrejas, pois ao menos 56% das mulheres cristãs já praticaram um aborto, somando-se as evangélicas e católicas. Essa pauta acaba sendo conduzida partindo de uma moral cristã excludente e é constantemente silenciada nos espaços dessas igrejas. Por esse motivo, elas somam o apoio à “maré verde”, remetendo a luta de mulheres argentinas que buscaram pela legalização do aborto no seu país. Essa maré de

luta se expandiu pelo continente latino-americano e, até hoje, é evocada por brasileiras e demais mulheres latinas em defesa desse direito.

A partir da descrição sobre a atuação deste coletivo feminista de mulheres evangélicas, compreende-se que a EIG - e as demais redes de evangélicas que se articulam com elas - têm auxiliado na ampliação do movimento feminista. Elas disputam as narrativas bíblicas que são perpetuadas pelos setores neoconservadores e buscam por outras leituras inclusivas às mulheres, pautadas na defesa de seus direitos humanos. Além disso, atuam dentro das instituições religiosas e mantêm um diálogo com mais mulheres, através do compartilhamento de seus relatos de vida, construindo redes de confiança mútua que possibilitam que mais mulheres sejam sensibilizadas com a causa feminista e se unam e essa luta política por direitos. Engajam-se na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, por uma vida livre de violência e em prol da autonomia dos corpos femininos, que, historicamente, são usurpados por meio de visões arbitrárias perpetuadas por uma estrutura social capitalista-racista-sexista.

Através desta descrição analítica, buscou-se ressaltar o importante papel de resistência política e constituição de saberes produzido por esse coletivo. Indo para além de uma leitura que realce as vivências de violências das mulheres evangélicas, aponta para caminhos emancipatórios possibilitados por grupos às margens do poder, que colocam em xeque os discursos neoconservadores, através dos seus saberes, e constroem políticas de resistência por meio de seus corpos, em um impulso à vida.

Considerações Finais

A presente pesquisa buscou descrever a atuação recente do coletivo feminista Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG). Este surge através de uma articulação nacional de mulheres evangélicas que, tendo pouco espaço para discutir a especificidade de suas vivências nos espaços religiosos e no próprio movimento feminista como um todo, constroem um coletivo próprio, colocando a questão da mulher evangélica na centralidade, inspiradas em outros movimentos de feministas religiosas, como as Católicas pelo Direito de Decidir.

O coletivo constrói estratégias de atuação variadas para alcançar o maior número de mulheres possível: suas integrantes escrevem livros e artigos científicos orientados pelas teorias feministas para disputar as narrativas religiosas sobre o “lugar das mulheres” e apresentam novas interpretações bíblicas libertadoras, conciliando a religião evangélica e o feminismo. Também desenvolvem pesquisas sobre a situação de violência de gênero enfrentada por mulheres evangélicas, um cenário que, muitas vezes, acaba sendo silenciado

nos espaços religiosos, pois estas violências acabam beneficiando e fortalecendo a estrutura de dominação patriarcal (re)produzida no interior das igrejas. O coletivo enfrenta e resiste a esta lógica de dominação masculina:

O campo discursivo das igrejas, especialmente as teologias, as práticas exigidas e esperadas para homens de mando e para as mulheres de obediência, além do ambiente familiar construído pelo modelo nuclear são propícios para uma manifestação religiosa de interpretação patriarcal que garantem a desigualdade de gênero e a perpetuação das violências (VILHENA, 2017, p. 67).

Ainda, atua na construção de redes entre mulheres evangélicas, por meio dos relatos pessoais de suas vivências (relatos de vida) para sensibilizar mais mulheres e as conscientizar sobre o merecimento de uma vida livre de violências; a construção de laços de empatia, apoio e da recuperação da autoestima assumem importância nesta construção coletiva. No coletivo, são discutidos temas considerados como “tabus” na sociedade brasileira, sobretudo na grande maioria das igrejas evangélicas, tais como as demandas de grupos LGBTQIA+, a luta antirracista e o respeito às religiões de matriz africana e a garantia do direito ao aborto seguro e gratuito.

A inserção nos debates públicos e em redes feministas também é uma estratégia adotada pelo coletivo, que busca construir parcerias para levar a situação da mulher evangélica e suas demandas a diferentes espaços de debate. No caso da defesa pública pelo direito ao aborto, elas assumem um papel importante, pois, geralmente, esses debates são conduzidos por uma moral cristã neoconservadora que apresenta argumentos bíblicos para barrar esta pauta. O coletivo da EIG se coloca em resistência e traz à tona argumentos para defender esse direito, inclusive se ancorando em leituras bíblicas, reforçando a importância da autonomia feminina sobre o próprio corpo.

Pode-se concluir, através deste trabalho, que esse coletivo feminista tem um papel relevante para barrar o avanço neoconservador na sociedade brasileira, atuando diretamente com mulheres evangélicas e construindo redes de ação coletiva que se somam ao movimento feminista. Conforme o diagnóstico das integrantes do coletivo, o movimento feminista também precisa estar mais aberto para integrá-las, mas elas continuam exercendo sua política de resistência pelas margens. Ademais, as integrantes da EIG atuam tanto nos espaços internos das igrejas evangélicas, ao discutirem com suas lideranças e trazerem perspectivas bíblicas orientadas pelos debates feministas, como pela ocupação das redes sociais, que atingem públicos diversos. As redes que formam se baseiam no fortalecimento da autoestima

feminina, na construção da confiança mútua por/entre mulheres e na solidariedade política inclusiva para que todas – evangélicas ou não – sejam acolhidas por esse coletivo e possam se somar às lutas transnacionais feministas contra a dominação masculina, alimentada por um patriarcado-cis-heteronormativo-racista que ainda hoje impera e acaba tentando, por diferentes meios, usurpar das mulheres o controle pleno sobre suas vidas e corpos.

Fontes

AURÉLIA, Mônica. **Em 2018, 68% das mulheres assinadas no Brasil eram negras.** Disponível em <<https://www.facebook.com/mulhereseig/photos/a.597865563685539/1893717047433711/>> . Acessado em 13/09/2021.

CARVALHO, Cláudia. **Depois que me divorciei, a igreja fechou as portas para mim.** Disponível em: <<https://mulhereseig.wordpress.com/2017/10/06/a-igreja-me-fechou-as-portas-depois-que-me-divorciei/>> . Acessado em: 15/09/2021.

CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS, **Mulheres e Ecumenismo: Evangélicas pela Igualdade de Gênero.** Disponível em <<https://www.cebi.org.br/2017/07/04/mulheres-e-ecumenismo-evangelicas-pela-igualdade-de-genero/>> Acessado em: 10 jan. 2021.

LOUREIRO, Gabriela. **Evangélicos se unem para combater preconceito dentro das igrejas.** Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38637867>>. Acessado em: 13 jan 2021.

MULHERES EIG, **Evangélicas pela Igualdade de Gênero.** Disponível em: <<https://mulhereseig.wordpress.com/>>. Acessado em 10 jan. 2021.

MULHERES EIG, **Evangélicas pela Igualdade de Gênero.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/mulhereseig/>>. Acessado em 10 jan. 2021.

NASCIMENTO, Beatriz; MENDES; Diane. **Reféns da Fé: Mulheres Evangélicas Sofrem mais Violência.** 1. ed. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2017, v. 1. 143p.

VILHENA, Valéria Cristina et al. **Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Casa Sofia.** Dissertação de Mestrado. São Paulo, UMESP, 152 p. 2009.

VILHENA, Valéria Cristina. **Uma igreja sem voz: análise de gênero da violência doméstica entre mulheres evangélicas.** Fonte Editorial Ltda., 2011.

VILHENA, Valéria Cristina. **Evangélicas por sua Voz e Participação - Gênero em Discussão.** 1. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2015. v. 1. 148p .

VILHENA, Valéria Cristina. Fridas, Flórias e os ‘homens de Deus’ no início do movimento pentecostal brasileiro: uma teologia de dominação. **Revista Cultura & Religião.** Santiago: Instituto de Estudios Internacionales. v. 11, n. 1, p. 48-68, 2017.

VILHENA, Valéria Cristina. Entrevista cedida a autora em 13/03/2018.

VILHENA, Valéria Cristina. **Dogmas e direitos: dialogando entre religiões.** Disponível em: <<https://mulhereseig.wordpress.com/2017/06/13/dogmas-e-direitos-dialogando-entre-religoes/>>. Acessado em: 15/09/2021.

Referências Bibliográficas

- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOFF, Leonardo. **Da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CHRIST, Carol P. **Womanspirit rising: A feminist reader in religion**. New York: Harper Collins, 1992.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFF, v. 5, n. 2, fevereiro, p. 1-20, 2013.
- DALY, Mary. **The church and the second sex**. Beacon Press, 1985.
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, n. 44, Setembro, p. 199-228, 2015.
- GEBARA, Ivone. Desafios que o movimento feminista e a teologia feminista lançam à sociedade e às Igrejas. **Estudos teológicos**. São Leopoldo: Faculdade EST, v. 27, n. 2, Julho-Dezembro, p. 153-161, 1987.
- GEBARA, Ivone. **As incômodas filhas de Eva na igreja da América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1989.
- GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**. São Paulo: Olho d'água, 1997.
- LOPES, Mercedes. **A Confissão de Marta: Leitura a partir de uma óptica de gênero**. São Paulo: Paulinas, 1996.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e Pentecostais: Adesão Religiosa na Esfera Familiar**. Campinas: Editora Autores Associados/ANPOCS, 1996. 218 pp.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, v. 13, n. 2, Maio-Agosto, p. 387-396, 2005.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; PICCOLO, Fernanda Delvalhas. **Religiões e homossexualidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, n. 16, v.2, Maio-Agosto, p. 333-357, 2008.
- MUSSKOPF, André Sidnei. Uma brecha no armário: propostas para uma teologia gay. **Centro de estudos bíblicos**, São Leopoldo: Unisinos, n. 32, p. 1-34, 2005.
- PEDRO, Joana Maria. Gênero e Feminismo. In: ROSADO-NUNES, Maria José (Org.). **Gênero, Feminismo e Religião sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 19-39.
- REIMER, Ivoni Richter. **Women in the Acts of the Apostles: a feminist liberation perspective**. Minneapolis: Fortress Press, 1995.
- REIMER, Ivoni Richter. **Corpo, gênero, sexualidade, saúde**. São Paulo: Editora da UCG, 2005.

ROSADO-NUNES, Maria José. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, v. 14, n. 1, p. 294-304, 2006.

ROSADO-NUNES, Maria José. Direitos, cidadania das mulheres e religião. São Paulo: **Tempo social**. Faculdade de Filosofia e Letras/USP, v. 20, n. 2, novembro, p. 67-81, 2008.

ROSADO-NUNES, Maria José. As complexas relações entre religião e gênero, In: ROSADO-NUNES, Maria José (org.). **Gênero, Feminismo e Religião sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015a, p. 07-19.

ROSADO-NUNES, Maria José. A “ideologia de gênero” nas discussões do PNE: a intervenção da hierarquia católica. Belo Horizonte: **Horizonte**. Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião/PUC Minas, v. 13, n. 39, julho/setembro, p. 1237-1260, 2015b.

RUETHER, Rosemary Radford. **Womanguides Readings Toward a Feminist Theology**. Boston: Beacon Press, 1985.

RUETHER, Rosemary Radford. The emergence of Christian feminist theology. In: **The Cambridge companion to feminist theology**. PARSONS, Susan (org.) United Kingdom: cambridge university press. 2002. p. 3-22.

RUSSELL, David et al. **Dictionary of Feminist Theology**. Louisville: Westminster John Knox Press, 2004.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: **Comunicação apresentada no XXI Congresso Internacional da LASA**, Chicago. 1998. p. 24-26.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador: Centro de Estudos e Pesquisa da UFBA, v. 24, n. 61, Abril, p. 51-61, 2011.

SCAPINI, Gabriela Luiz. **“Rumo à vitória com a permissão de Deus”: as campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas (2016)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: Instituto de Ciências Humanas/UFRGS, 2019.

STANTON, Elizabeth Cady. **The woman's Bible**. New Hampshire: Upne, 1993.

SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. **A casa, as mulheres e a Igreja: relação de gênero e religião no contexto familiar**. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

VUOLA, Elina. Questões teóricas e metodológicas sobre gênero, feminismo e religião. In: ROSADO-NUNES, Maria José (org.). **Gênero, Feminismo e Religião sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 39-59.